

## Notas sobre tipografias para línguas indígenas do Brasil

### *Notes on typography for native languages of Brazil*

tipografia, línguas indígenas, bilingüismo

O objetivo desse trabalho é compartilhar questionamentos surgidos a partir da análise de projetos tipográficos de publicações em línguas indígenas brasileiras. Traçamos um panorama do uso da escrita por populações indígenas e apontamos nossas dúvidas em relação ao que seria uma tipografia apropriada para este fim, sugerindo algumas respostas, principalmente no sentido de alertar a comunidade tipográfica brasileira da necessidade e urgência de estarmos atentos e atentas às demandas sociais que nos cercam.

*typography, indigenous languages, bilingualism*

*The aim of this research is sharing questionings aroused from the analysis of typographical projects of publications in Brazilian indigenous languages. We trace an overview of the indigenous populations uses of writing and point our doubts concerning what would be an appropriate typography for this use, suggesting some answers, with the special intention of alerting the Brazilian typography community of the necessity and urgency of being sensitive to the social demands that surrounds us.*

### 1. Introdução

A partir da intensificação, nos últimos anos, da implementação de sistemas de educação escolar bilingüe e em resposta a outras reivindicações do movimento indígena brasileiro, cresce a demanda por publicações em línguas indígenas. Especialmente livros para alfabetização, mas também jornais, placas de sinalização, sítios de internet e tantos outros suportes quanto demanda o português, língua oficial, mas nem por isso a única língua falada – e escrita – no Brasil.

Ironicamente, apesar da facilitação do acesso a ferramentas para design de tipos e decorrente aumento do número de fontes disponíveis via internet, a demanda por publicações em línguas indígenas cresce desproporcionalmente ao desenvolvimento de fontes próprias para este fim. Poucos têm sido os trabalhos em tipografia que buscam atender a esta demanda e, especificamente no Brasil, ainda não foram publicadas iniciativas nesse sentido.

É nesse contexto, de extremo contraste entre a reivindicação dos povos indígenas por publicações de qualidade em suas línguas, compostas em fontes preparadas para este uso, e a produção da comunidade tipográfica brasileira, que se situa este trabalho: procuramos caminhos, ainda que incertos, na tentativa de habitar de alguma forma esse abismo.

### 2. Panorama da situação das populações indígenas brasileiras e suas línguas

Em favor de um limite territorial que não corresponde a limites étnicos ou culturais, o governo brasileiro, como o de outros países, produziu símbolos nacionais, entre eles a língua, que servem à manutenção de sua unidade política. Assim, a língua portuguesa tem sido desde a época colonial, um instrumento poderoso para governar a população que se encontra em território brasileiro, especialmente diante da diversidade lingüística que ainda hoje resiste em todo o país e particularmente na região amazônica.

Ao contrário do que muitas pessoas pensam e diferente da impressão que a mídia corporativa passa, o Brasil é um país multilíngüe: aqui se aprendem como línguas maternas cerca de 200 línguas, entre elas aproximadamente 180 línguas indígenas (Rodrigues, 1993). No contexto americano, é o país que abriga a maior diversidade lingüística. Infelizmente, é também o país que abriga a menor concentração de falantes por língua. Entre uma população indígena

estimada em 350 mil pessoas distribuídas por aproximadamente 200 grupos indígenas<sup>2</sup>, apenas cerca de 155 mil falam suas línguas tradicionais, implicando uma média de menos de 900 falantes por língua. O quadro fica ainda mais estarrecedor considerando que algumas dessas línguas são faladas por cerca de 20 mil pessoas enquanto outras são faladas por grupos de 10, 5 ou por apenas 1 pessoa.

Além do baixo índice de falantes por línguas, é importante mencionar que o número de línguas indígenas existentes ainda hoje no Brasil representa apenas 15% das mais de 1000 línguas que se calcula terem existido aqui em 1500 (Rodrigues, 1993). Alguns grupos trocaram suas línguas pelo português ou por línguas de povos indígenas vizinhos, outros grupos desapareceram por completo.

Colocada a gravidade da perseguição sofrida pelos povos indígenas por 500 anos e até hoje, manifestada aqui no número de línguas desaparecidas, podemos dizer que as 180 línguas indígenas faladas hoje no Brasil por grupos que seguem resistindo à imposição do português – pelos meios de comunicação, no meio acadêmico, repartições públicas, na legislação –, ainda representam uma enorme diversidade lingüística e cultural.

No artigo A originalidade das línguas indígenas brasileiras (Rodrigues, 1999), Aryon Rodrigues apresenta inúmeros exemplos de propriedades fonéticas e gramaticais muito particulares das línguas indígenas sul-americanas. Línguas com números muito reduzidos de fonemas ou sons não observados em nenhuma outra língua, construções gramaticais incomuns que refletem formas muito diferentes de se relacionar com o mundo.

Nesse contexto, vale mencionar algumas conquistas dos povos indígenas pelo direito a vivência de suas tradições e preservação de suas línguas. Em 1991, uma portaria do Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério da Educação (Brasil, 2005) garante às comunidades indígenas o direito a educação escolar básica bilíngüe determinando o reconhecimento às características específicas de cada grupo para a elaboração dos conteúdos curriculares, arquitetura e funcionamento das escolas, calendários e materiais didáticos. Quinze anos depois, foram oficializadas no município amazonense de São Gabriel da Cachoeira, o município com maior população indígena do país, três línguas indígenas – Baniwa, Tukano e Nheengatu –, nos meios de comunicação, serviço público, escolas, placas de sinalização, comércio e serviços bancários. Duas conquistas importantes para o reconhecimento da diversidade cultural, e conseqüentemente lingüística, do Brasil.

### **3. Troncos e famílias lingüísticas**

Diante da enorme diversidade dos povos indígenas que por aqui vivem, é necessário muito cuidado ao falar dos seus costumes e línguas para não incorrer no erro de generalizar.

Os especialistas no conhecimento das línguas (lingüistas) expressam as semelhanças e diferenças entre elas através da idéia de troncos e famílias lingüísticas. Quando se fala em tronco, têm-se em mente línguas cuja origem comum está situada há milhares de anos, as semelhanças entre elas sendo muito sutis. Entre línguas de uma mesma família, as semelhanças são maiores, resultado de separações ocorridas há menos tempo.

No universo de línguas indígenas no Brasil, reconhece-se a existência de dois grandes troncos – Tupi e Macro-Jê – e 19 famílias lingüísticas que não apresentam níveis de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas línguas isoladas, por não se revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida.

É importante lembrar que poucas línguas indígenas no Brasil foram estudadas em profundidade. O conhecimento sobre elas está, portanto, em permanente revisão.

### **4. Escrita e dominação**

Se for possível apontar algumas características comuns a todos os grupos indígenas, é o fato de formarem sociedades de tradição oral, ou seja, os conhecimentos sobrevivem e atravessam gerações por meio de sons, de histórias, de cantos, ensinamentos. São povos que tradicionalmente não fazem uso de qualquer tipo de registro escrito e conferem à memória e à oralidade um valor imensurável.

<sup>2</sup> “Para o ISA os 216 povos indígenas contemporâneos no Brasil somam uma população estimada em 350 mil. Como não há um censo indígena no Brasil, os cálculos globais têm sido feitos – seja pelas agências governamentais (Funai ou Funasa), pela Igreja Católica (Cimi) ou pelo ISA – com base numa colagem de informações heterogêneas, que apontam para estimativas globais que variam entre 350 e 500 mil” (Povos Indígenas no Brasil, 2000:15).

Grupos como esses já foram chamados de não-letrados, pré-letrados, e sem história, termos que acabaram ganhando uma denotação pejorativa, talvez pela nossa incapacidade de compreender as complexidades das sociedades de tradição oral e julgamento preconceituoso de que estas são menos desenvolvidas do que as sociedades que possuem um sistema de escrita. Atualmente tem sido utilizado o termo ágrafos para estes povos e, por enquanto, este carrega menos estigmas que os termos anteriores (Garone, 2003).

Desde a época colonial, línguas indígenas foram motivo de atenção de cronistas e viajantes que nunca deixaram de estudá-las e registrá-las, especialmente numa perspectiva evangelizadora. Assim, foram feitas as primeiras adaptações do alfabeto latino para representação destas línguas, uma vez que a elas não era atribuído um sistema de escrita próprio.

Em artigo publicado pelo Instituto Socioambiental na Enciclopédia dos povos indígenas, Bruna Franchetto denuncia o caráter evangelizador que foi a base do interesse lingüístico de muitas missões de fé no Brasil, encabeçadas pela norte-americana Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística (SIL).

'Essas missões e seus lingüistas, portadores de um trágico binômio 'aniquilar culturas, salvar línguas', após demorado trabalho de estudo, esvaziam palavras e enunciados de línguas indígena pra torná-los recipientes de outros conteúdos, bíblias, evangelhos, novas semânticas para povos subjugados e passivizados sob o rolo compressor da conversão civilizatória. (Franchetto, 2000:86).'

Na contra-mão dos interesses missionários de matriz civilizadora e integracionista, que, ainda segundo Franchetto, monopolizou até o fim da década de 80 a pesquisa em lingüística indígena bem como protagonizou a educação bilíngüe no Brasil, existe hoje um crescente esforço, por parte de organizações indigenistas, lingüistas e pedagogos, em atender a demanda de grupos indígenas preocupados em resgatar sua auto-estima e identidade por meio da valorização das línguas tradicionais.

Trata-se de uma nova forma de pesquisa, feita com a participação da comunidade indígena. Com a desestruturação da vida social indígena, desaparecimento dos velhos nascidos antes do contato, os índios começam a achar importante o registro e a documentação – não apenas o aprendizado oral, já manifestando, portanto, uma mudança na tradição. Nesse novo contexto, o trabalho de escrita nas línguas indígenas está ligado ao de educação, onde 'a escrita aparece como afirmação cultural e da diferença, e como instrumento de defesa de interesses e participação na cidadania brasileira' (Midlin, 1997:61).

A escrita é um sistema visual independente da linguagem falada e cumpre as seguintes características:

'Do ponto de vista lingüístico, deve ser a forma mais econômica, sem ambigüidades e mais consistente da língua; do aspecto pedagógico, deve poder ensinar-se a ler e escrever com ela em menor tempo possível, ou seja, que deve conter o menor número possível de símbolos, e deve estar de acordo com os processos psicolingüísticos. (Garone, 2003:73).'

Estas características são as que os distintos grupos lingüísticos do Brasil, através de suas organizações e com a assessoria de especialistas, têm considerado para a elaboração de seus sistemas escritos. Com estes alfabetos se tem editado os distintos materiais, didáticos e literários, em línguas indígenas.

## 5. Educação escolar bilíngüe

A oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas no Brasil esteve pautada, desde o século XVI, pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores e de negação de identidades, línguas e culturas diferenciadas.

Na tentativa de reparar os danos causados por essa política educacional assimilacionista e em resposta às reivindicações de associações indígenas autônomas, o Ministério da Educação têm criado alguns programas voltados à melhoria das condições de ensino para população indígena. Segundo o programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena lançado em 2002 pelo Ministério da Educação, são projetos prioritários o Programa de Formação de Professores Indígenas e o Programa de Apoio à Produção de Material Didático Indígena. (Ministério da Educação / Secretária de Educação Fundamental, 2002)

De acordo com o Censo Escolar Indígena de 1999, existem no Brasil 1.392 escolas indígenas nas quais lecionam cerca de 3.059 professores e professoras indígenas, atendendo aproximadamente 93 mil estudantes. A tabela 2.7 do mesmo censo, Número e Percentual de

Escolas Indígenas e Matrículas por Utilização do Material Didático Específico ao Grupo Étnico, indica que 30% das escolas indígenas utilizam material didático específico.

Através da Capema – Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena –, diversos livros têm sido publicados cobrindo diferentes áreas do conhecimento, alguns sendo produzidos somente em língua indígenas, outros em português, e outros bilíngües. Segundo o Ministério da Educação, na construção desses materiais participam professores indígenas contando com a assessoria de antropólogos, pedagogos, lingüistas, matemáticos, etc. (Ministério da Educação / Secretária de Educação Fundamental, 2002).

## **6. Análise das fontes para texto utilizadas em material didático indígena**

Com o objetivo de nos familiarizar com os problemas decorrentes da falta de fontes apropriadas para compor textos em línguas indígenas brasileiras, analisamos blocos de texto nas línguas indígenas: Kayapó, Panará, Xavante e Tapayúna da família Jê; Maxacali, da família Maxacali; Karajá, da família Karajá; Mawé, da família Mawé; Zoró da família Mondé; as línguas Tapirapé, Kayabí e as variações dialetais do Guarani (Guarani-Mbyá, Guarani-Nhandêwa e Guarani-Kaiowá), da família Tupí-Guarani; Makuxí e Ikpeng da família Karib; Marúbo, Matís, Jaminawá, Katukina, Kaxinawá, Shanenawa da família Pano; a língua Tikuna da família Tikuna; Desána e Tukano da família Tukano; a língua Yanomami, da família Yanomami; o Baniwa, da família Arúak; e a língua Kadiweu, da família Guaikurú. Computando um total de 25 línguas indígenas, de 13 famílias diferentes, sendo 3 do tronco Macro-Jê (família Maxacali, família Jê e família Karajá), 3 do tronco Tupi (famílias Tupí-Guarani, Mondé e família Mawé) e as outras 7 famílias (famílias Karib, Pano, Tikuna, Tukano, Yanomami, Arúak e família Guaikurú) não-agrupadas em troncos.

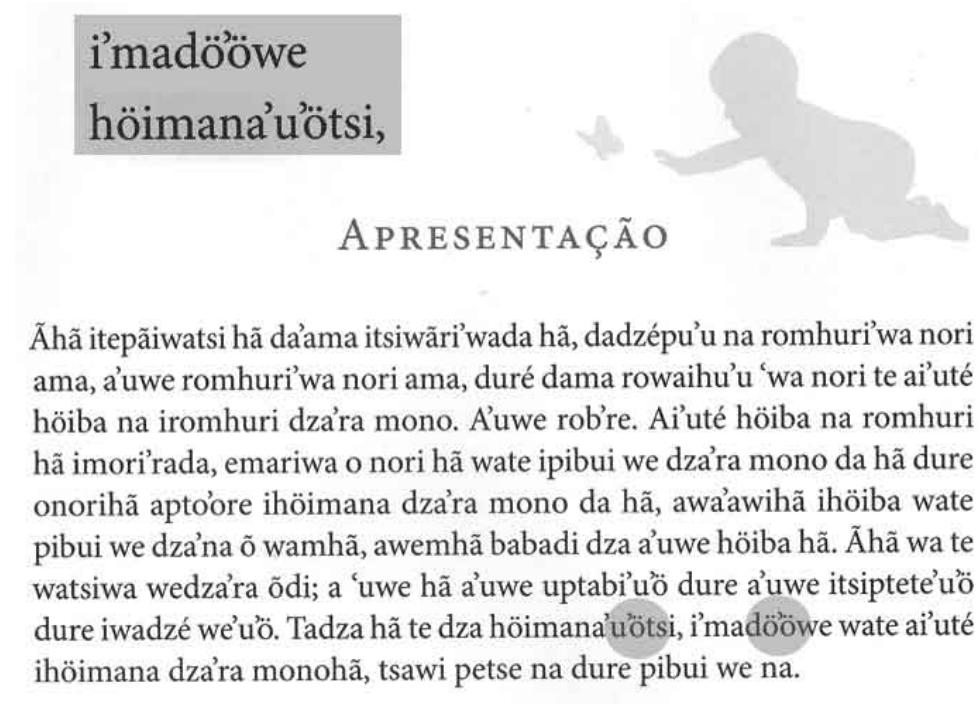
Ainda que não tenha sido possível saber ao certo o grau de estabilidade das ortografias adotadas pelas diversas populações indígenas no Brasil, para guiar a abrangência das análises, tomamos como critério grupos indígenas com algum programa de alfabetização bilíngüe em andamento. Assim, todos os exemplos analisados foram retirados de livros didáticos em uso em escolas indígenas nos últimos dez anos, sendo a grande maioria deles posterior a 2002. Outro critério tomado diz respeito ao tamanho dos blocos de texto analisados: blocos de no mínimo 55 palavras (8 linhas num bloco de largura média igual a 7cm), tamanho suficiente para o propósito das análises.

O número de exemplos analisados representa quase metade das famílias lingüísticas existentes no Brasil e, considerando que do total aproximado de 180 línguas indígenas faladas hoje no país, menos da metade tem solução ortográfica em uso, ou mesmo algum sistema de escrita adotado, este recorte nos proporciona um panorama bastante completo dos desafios a serem superados por aqueles e aquelas que enveredarem pelo apaixonante mundo da tipografia para línguas indígenas.

Vale ressaltar que não lançamos mão de ferramentas de lingüistas, estudiosos das estruturas gramaticais e fonemas das línguas. As análises aqui realizadas estiveram detidas apenas ao vestido das palavras (Garone, 2004): mais especificamente às incongruências entre as fontes adotadas e as grafias das línguas indígenas.

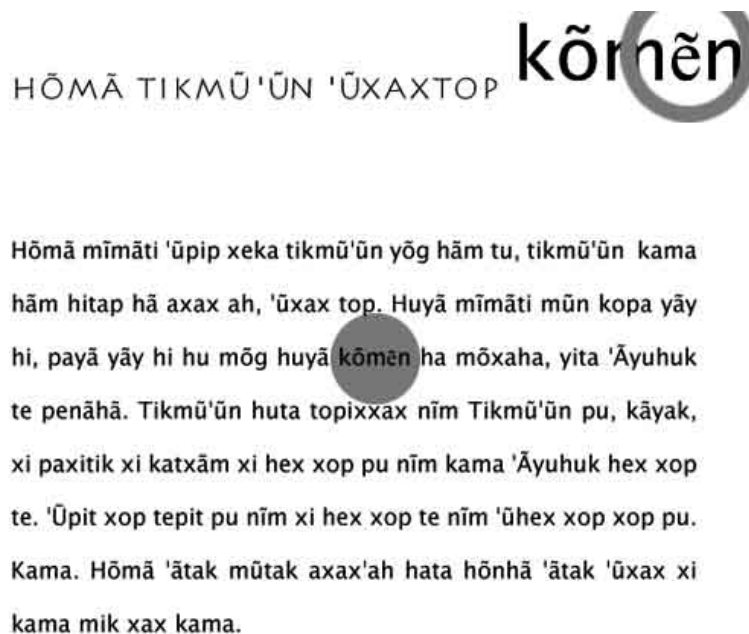
Apresentamos a seguir, uma seleção dos exemplos analisados, devidamente identificados pelas respectivas fontes bibliográficas e seguidos de breves comentários descritivos das características visuais das línguas e das fontes adotadas para cada projeto, com ênfase na incompatibilidade entre fonte e grafia. Algumas imagens foram assinaladas (um círculo transparente indica recortes da imagem que foram ampliados), não no intuito de esgotar nossas observações, mas de indicar alguns problemas freqüentemente encontrados neste tipo de publicação.

Figura 1: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Xavante.



A figura 1 foi retirada da cartilha A Saúde da Criança Xavante (Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde, 2006). A língua Xavante, como outras da família Jê, faz uso do apóstrofo para representar a chamada oclusão glotal (uma parada súbita entre duas vogais). Percebemos no entanto, que este símbolo aparece algumas vezes grudado ao diacrítico trema e que em geral o espaço reservado a ele não é suficiente, dificultando a legibilidade de algumas palavras.

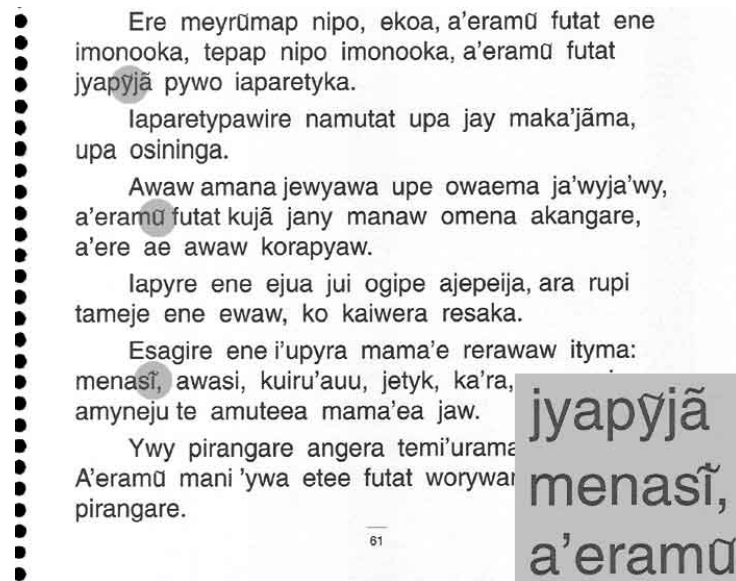
Figura 2: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Maxacali.



A figura 2 foi retirada da cartilha Penahã (Professores Maxacali, 2003) para estudantes Maxacali. Nesta língua faz-se uso do diacrítico til sobre a vogal e e apesar desta ser uma combinação aparentemente comum, percebemos no exemplo analisado que recorreu-se ao uso de uma fonte diferente para este glifo daquela utilizada no restante do texto. Esse mesmo recurso foi observado em publicações em outras línguas, como o Kayapó, onde o e com til é muito comum. Esta combinação é raríssimas vezes prevista na maioria das fontes de texto, talvez por

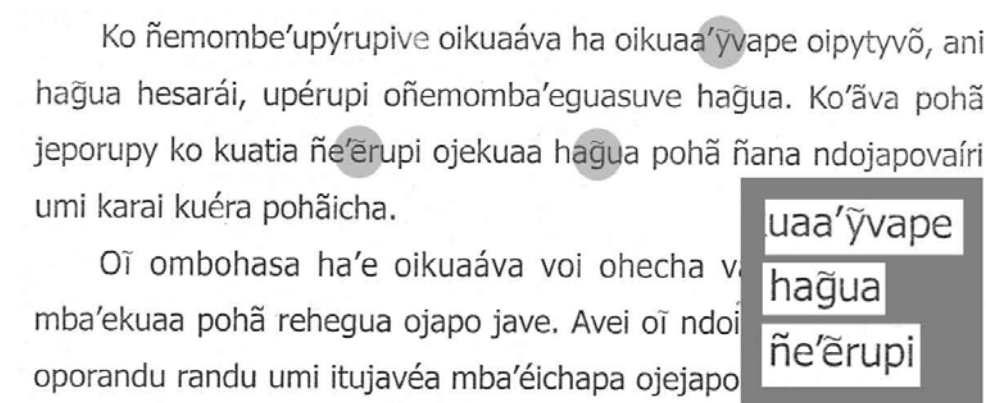
não estar presente no Português e em outras línguas, mesmo as do leste europeu que costumam levar vários diacríticos.

Figura 3: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Kayabí.



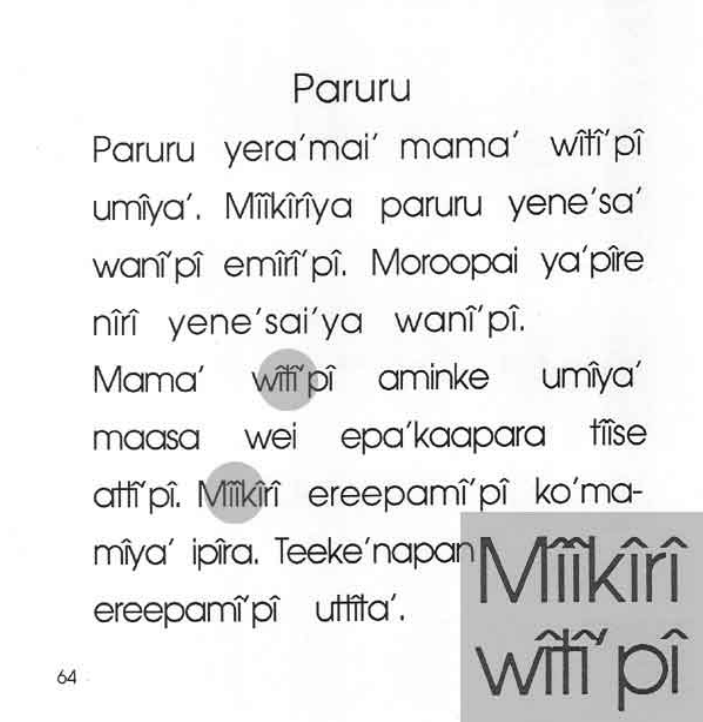
A figura 3 foi retirada da cartilha Jane jemu'jawa ypyrungawa jane je'enga (Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1999), para alfabetização na língua Kayabí, da família Tupí-guarani. O principal problema observado neste exemplo é em relação ao uso do diacrítico til sobre algumas vogais. Obviamente este uso não foi previsto no desenvolvimento da fonte de texto escolhida. Observamos a sobreposição do til ao pingo do i e no u e y o diacrítico aparece colado aos caracteres. Este problema também foi observado em exemplos para análise de outras línguas, como o Zoró, da família Mondé.

Figura 4: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Guarani-Kaiowá.



A figura 4 foi retirada do livro de receitas de remédio Ñembohoky ñe' tesai rehehápe (Ministério da Educação / Secretária de Educação Fundamental, 2002), em língua Guarani-Kaiowá, da família Tupí-guarani. Observamos problemas semelhantes aos do exemplo na língua Kayabí, da mesma família: quanto ao uso do diacrítico til, agora sobre as letras e, y e g. Além dos problemas relativos à falta de espaço e mau posicionamento do diacrítico em relação não só as letras acentuadas, mas também à oclusiva glotal (apóstrofo), é possível observar que o til utilizado sobre essas letras não é o mesmo utilizado sobre o n, por exemplo, cujo o uso foi previsto no desenvolvimento da fonte.

Figura 5: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Makuxí.



A figura 5 foi retirada do livro Makusiyamĩ'ya tesorukon ko'mannĩpĩ (Ministério da Educação, 1997), na língua Macuxí, da enorme família Karib, da qual fazem parte outras 19 línguas. Mais uma vez, o principal problema observado no exemplo está na acentuação pouco comum às línguas para as quais foi prevista a fonte adotada. Neste caso a vogal i com circunflexo. A falta de espaçamento adequado entre as letras assim acentuadas causa uma série de ruídos e sobreposições. Problemas semelhantes foram encontrados no exemplo analisado da língua Ikpeng, da mesma família.

Figura 6: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Jaminawá.

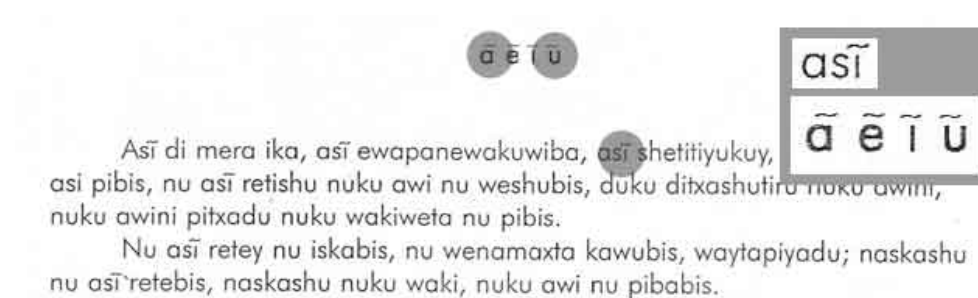
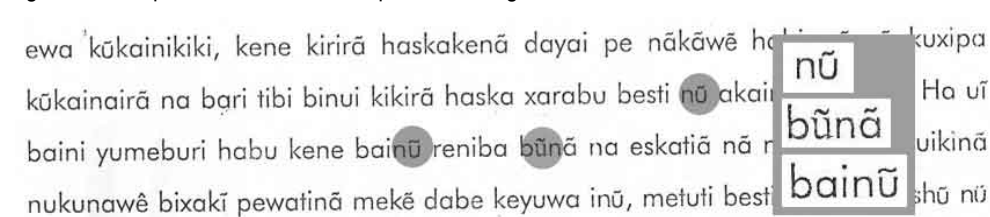


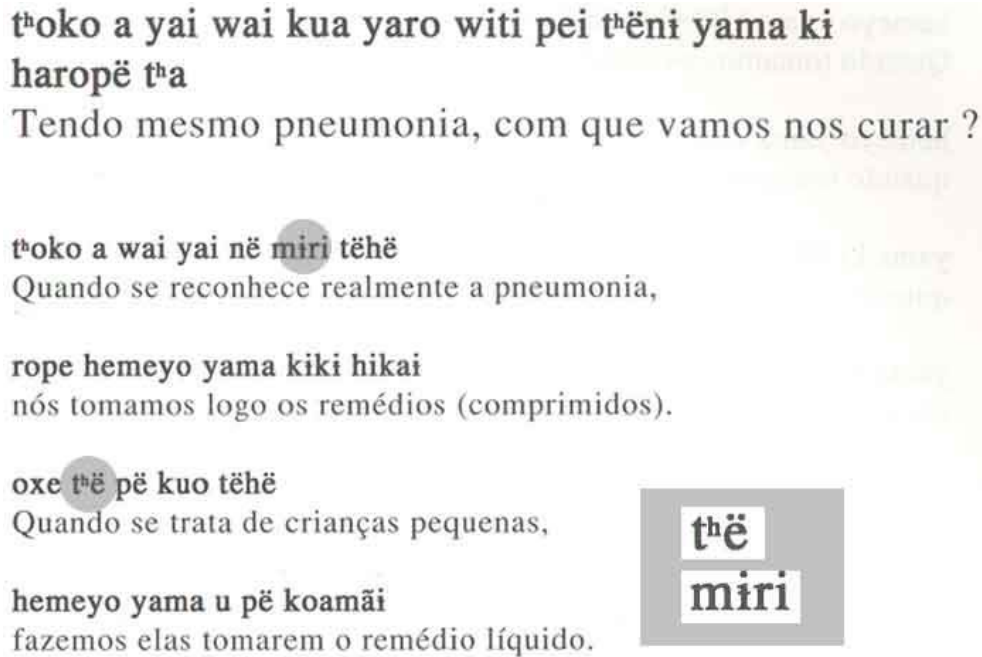
Figura 7: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Kaxinawá.



A figura 6 foi retirada da Cartilha Jaminawá (Silva, 2004), na língua Jaminawá, da família Pano, da qual fazem parte outras 11 línguas. Também analisamos um exemplo na língua Kaxinawá (figura 7), da mesma família, retirado do livro de alfabetização Kaxinawá Huni Kui (Kaxinawá, 2004). Nestes exemplos observamos problemas novamente no uso das vogais

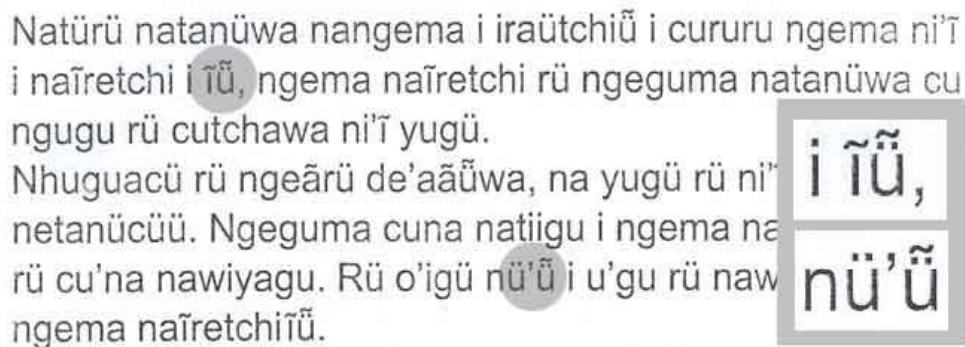
acentuadas pelo diacrítico til. Na figura 6, percebe-se que os acentos estão mal posicionados em relação às vogais e na figura 7, possíveis dificuldades em acentuar o u fizeram com que aparecessem tils de tamanhos diferentes, inclusive de fontes diferentes.

Figura 8: Exemplo de publicação bilíngüe Yanomami e português.



A figura 8 foi retirada do livro Palavras escritas para nos curar (Escola dos Watoriki theri pë, 1998). O livro é bilíngüe (em português e Yanomami, da família Yanomami) e não pode servir como exemplo para análises por não trazer blocos de texto no tamanho especificado (de no mínimo 55 palavras). No entanto, consideramos importante mostrar este exemplo pela complexidade dos símbolos encontrados na grafia de algumas palavras (o h sobrescrito e o i com barra) e pela estratégia de diferenciação visual entre as línguas: negrito para o Yanomami e regular para o português. Nesta publicação não foram encontrados acentos mal posicionados ou sobreposições de símbolos, mas percebemos problemas na legibilidade do i com barra, que em corpo menor se confunde bastante com o i sem barra.

Figura 9: Exemplo de bloco de texto impresso em língua Tikuna.



A figura 9 foi retirada do livro Curugü Tchiga (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües, 2002), na língua Tikuna, da família Tikuna. Este exemplo chama atenção pela complexidade resultante da sobreposição dos diacríticos trema e til sobre a vogal u. Esta combinação gera alguns ruídos, especialmente quando aparece vizinha à oclusiva glotal (apóstrofo) ou ao til. Também observamos que a alta frequência de diacríticos forma quase uma linha dupla de leitura.

Acreditamos que a seleção de exemplos aqui mostrada compõe um bom retrato das análises realizadas no decorrer dessa pesquisa. Os problemas mais recorrentes também em outras línguas, estão no uso de diacríticos e outros símbolos (como a oclusiva glotal e o i com barra) não comuns ou inexistentes no português. Percebemos ainda que um recurso comum tem sido misturar fontes e acrescentar diacríticos manualmente aos caracteres acentuados. O que



mais nos chamou atenção durante todo o percurso de coleta e análise de publicações em línguas indígenas é a constatação de que estas línguas têm sido completamente ignoradas na escolha do conjunto de caracteres das fontes disponíveis, inclusive nas produções de designers de tipos brasileiros.

Vale inclusive frisar que apesar de todos os problemas enfrentados para editar estas publicações, os livros são de encher os olhos: cheios de desenhos de crianças indígenas, fotos e grafismos belíssimos, idealizados e elaborados muitas vezes pelos próprios professores e professoras indígenas, com ajuda ora das crianças, ora das guardiãs mais velhas dos saberes tradicionais. Estas publicações são resultado de experiências de sucesso nos programas de educação escolar indígena e frutos de trabalhos sensíveis a diferenças e abertos a diálogos. Porque não fazer desse universo um lugar de experiências felizes também no campo da tipografia e design de tipos?

## 7. Tipografia para línguas indígenas

A enorme diversidade e originalidade das línguas indígenas brasileiras pode também ser percebida do ponto de vista gráfico. Algumas línguas, como o Tapirapé, têm palavras enormes, de até 20 letras, formando linhas horizontais contínuas ao longo das páginas, outras formam blocos de texto cheio de quebras, pela alta incidência de palavras curtas, como o Kayapó. Na língua Maxacali, o uso médio de diacríticos por palavra é altíssimo, já em Baniwa é muito raro aparecer um diacrítico. Existem línguas com alfabetos enormes, outras com alfabetos bem reduzidos, onde as letras se repetem muito, na língua Matis, por exemplo, é possível achar a letra k mais de uma vez em quase todas as palavras. Poderíamos estudar ainda a frequência de caracteres com ascendentes e descendentes nesta ou naquela língua, contar pares de caracteres que aparecem muito nas línguas de uma determinada família, pedindo ajuste de kerning, criar soluções para integrar símbolos que não fazem parte do alfabeto latino, como os já mostrados h elevado em Yanomami, mas também o u com barra em Desana e o g com barra em Kadiwéu, só para citar alguns exemplos.

Podemos pensar nas mais variadas soluções para os problemas que arriscamos assinalar: talvez ascendentes altas comportem melhor línguas com uso intenso de diacríticos; eliminar a serifa superior do i com barra pode ser uma solução interessante para aumentar a legibilidade desse caractere; endereçar vários glifos ao mesmo caractere pode trazer mais ritmo a páginas compostas em línguas de alfabeto reduzido. São idéias a serem experimentadas.

Ainda, para além de soluções quanto ao desenho de tipos, sugerimos cuidados em relação ao cenário de uso das fontes. Muitas das publicações em línguas indígenas são bilíngües, mas observamos também publicações trilingües, como é o caso de alguns livros utilizados em escolas do Parque Indígena do Xingu, onde os programas de formação de professores e professoras indígenas são às vezes realizados agrupando indígenas de diversas etnias. O multilingüismo é também uma realidade. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, são oficiais 3 línguas indígenas e o português. Além disso, alguns grupos indígenas tiveram contato com a escrita muito recentemente e não têm um público leitor formado, destinando suas publicações principalmente às aulas de alfabetização. Nesse contexto – sem nunca esquecer que os contextos variam muito de um grupo para o outro –, cuidados quanto à legibilidade das composições tipográficas são essenciais.

Diante da urgência das demandas apontadas, são infinitas as possibilidades de produção e farto o campo para a experimentação tipográfica. Vale a pena no entanto, nos determos a algumas reflexões conceituais e consideramos mesmo uma questão ética não perdermos de vista certas contradições envolvidas no que é fazer tipografia para línguas indígenas. Destacamos duas questões que parecem guiar essas contradições: como fazer tipografia para línguas de tradição oral? como fazer tipografia para línguas desconhecidas?

Além dessas, surgem outras questões: fazer um projeto abrangente, que atenda a demanda de vários grupos indígenas, ou arriscar um projeto mais específico, dedicado a uma língua, na tentativa de transmitir o ‘clima’ do grupo étnico? É possível fazer um trabalho abrangente sem atropelar diferenças? É possível fazer um trabalho específico sem atropelar a urgência das demandas? Seguimos perguntando.

A diversidade lingüística brasileira possibilita, sem dúvidas, espaços muito interessantes de diálogo com a tipografia, basta que a comunidade tipográfica esteja disposta a dialogar. Nesse sentido, vale mencionar algumas iniciativas surgidas em países que compartilham com o Brasil um contexto lingüístico semelhante.

No México, Marina Garone Gravier, mestre em Desenho Industrial, trabalha com línguas indígenas desde 1997 e realiza pesquisa sobre a representação tipográfica de línguas indígenas

mexicanas desde o período colonial. Garone tem publicado artigos (Garone, 2003, 2004a, 2004b) por meio dos quais compartilha várias questões surgidas a partir de seus estudos, especialmente no que diz respeito ao caráter de interpretação simbólica e tradução cultural de projetos tipográficos para línguas ágrafas. No Paraguai, Juan Heilborn desenhou o Jeroky, 'um alfabeto capaz de homologar as grafias e considerações gramaticais do guarani [língua indígena oficial no Paraguai] e do castelhano' (Heilborn, 2004:24). Heilborn comenta os desafios encontrados no desenvolvimento do Jeroky (que pode ser visto em uso no jornal bilíngüe El Yacaré), bem como as soluções adotadas, em artigo publicado na revista Argentina tipoGráfica. Indicamos ainda o trabalho do designer de tipos mexicano Diego Mier y Teran. Teran desenvolveu a fonte Tuhun, especificamente para publicações na língua indígena mexicana Sahin Saù. A Tuhun, fez parte de um projeto de pesquisa maior (Teran, 2007), que buscou questionar como atender as demandas, em tipografia, de línguas indígenas.

Acreditamos que os trabalhos de Garone, Heilborn e Teran, bem como os exemplos de textos em línguas indígenas aqui analisados, as dúvidas compartilhadas e reflexões sugeridas, apontam na direção de habitar o espaço – de solo muito fértil – entre as demandas sociais e as nossas produções em tipografia.

Por fim, frisamos que o/a designer gráfico e de tipos está na ponta de todo o processo de uso da escrita e elaboração de publicações em línguas indígenas. Não nos cabe questionar a pertinência dos alfabetos e grafias adotadas pelos diversos grupos indígenas para representação de suas línguas, nem interferir no conteúdo de suas publicações. A sociedade não-indígena tem hoje a responsabilidade de atender às demandas dos povos indígenas sem interferir em seus processos e autonomia. O nosso papel nesse contexto é o de oferecer ferramentas que garantam a qualidade e fidelidade ao projeto elaborado pelas populações indígenas e facilitem o trabalho de profissionais – antropologia, pedagogia, lingüística, etc. – que estarão em maior contato com elas, permanecendo atentos e atentas à sabedoria, riqueza cultural, à enorme diversidade das populações indígenas e, principalmente, dispostas a ouvir suas demandas.

## Agradecimento

Ao professor Aryon Rodrigues, à professora Ana Suely Cabral e todos do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (Lali-UnB), pelo apoio. À Marli Alves de Moura e todos da Coordenação Geral de Documentação da Fundação Nacional do Índio (CGDOC-Funai), pelo acolhimento e incentivo. À Marina Garone por indicar direções e compartilhar a paixão pelo tema. Especialmente ao Colegiado de Acadêmicos do 3º Grau Indígena, pelo parecer de anuência a este trabalho.

## Referências

- Brasil. *Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas. (2005).* / [Magalhães, Edvard Dias (org.)]. Portaria Interministerial MJ e MEC número 559, de 16 de abril de 1991. pp.545-548. Brasília: Funai/CGDoc.
- Escola dos Watoriki theri pë. (1998).* Yama ki hwërimamouwi thë ã ani: palavras escritas para nos curar. Brasília: CCPY, Comissão Pró-Yanomami.
- Franchetto, Bruna. (2000). *Evangelização e pesquisa.* Em C. A. Ricardo (ed.). *Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000.* São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Garone, Marina. (2003). *Estúdio teórico e histórico para la representación tipográfica de una lengua indígena.* Dissertação (mestrado) não publicada. Departamento de Desenho Industrial, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Garone, Marina. (2004). *Claves para una traducción sin traición.* Em tipoGráfica, número 60. Argentina. pp. 18-23.
- Garone, Marina. (2004). *El vestido de la palabra: tipografía para lenguas indígenas.* Hoja por hoja. Disponível em <<http://www.hojaporhoja.com.mx>>. Acesso em 3 jan.2006
- Heilborn, Juan. (2004). *Hacia la lengua vista.* Em tipoGráfica, número 60. Argentina. pp 25-27.
- Kaxinawá, Edson. et al. (2004). *Huni Kui, alfabetização Kaxinawá: geográfica e história.* Rio Branco: Secretaria de Estado de Educação.

- Midlin, Betty. (1997). *Tradição oral, literatura e escrita: um registro voltado para educação indígena. Em Leitura e escrita em escolas indígenas. / [D'Angelis, Wilmar & Veiga, Juracilda (org.)]. Campinas, SP: Mercado de Letras.*
- Ministério da Educação. (1997). *Makusiyamî'ya tesorukon ko'mannîpî, os Macuxi conservam sua tradição. Boa Vista: Gráfica Ioris.*
- Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental. (1999). *São Paulo: Instituto SocioAmbiental.*
- Ministério da Educação / Secretária de Educação Fundamental. (2002). *Ñembohoky ñe' tesai rehehápe. Mato Grosso do Sul: Secretaria de Estado de Educação.*
- Ministério da Educação / Secretária de Educação Fundamental. (2002). *O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena 1995-2002. Brasília: Ministério da Educação.*
- Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde. (2006). *Ai'uté hõiba na hã - A Saúde da Criança Xavante. Brasília: Editora Universidade de Brasília.*
- Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües. (2002) *Curugü Tchiga. Brasília: Ministério da Educação.*
- Professores Maxacali, 2003. *Penahã. Não publicado.*
- Ricardo, Carlos Alberto (ed.) (2000). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental.*
- Rodrigues, Aryon. (1993). *Línguas Indígenas – 500 anos de descobertas e perdas. Em Ciência hoje, 16 (95).*
- Rodrigues, Aryon. (1999). *A originalidade das línguas indígenas brasileiras. [Artigo apresentado na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, junho de 1999].*
- Silva, Aderaldo. et al. (2004). *Cartilha Jaminawá. Rio Branco: Secretaria de Estado de Educação.*
- Teran, Diego. *Type Design and Sahin Sau. LettError.*  
<<http://just.letterror.com/ltrwiki/DiegoMieryTeran>>. Acesso em: 06 mar. 2007.

### **Sobre a autora**

**Kollontai Cossich Diniz**, Bacharel em Desenho Industrial graduada pela Universidade de Brasília em 2007. Recebeu por este trabalho o prêmio sbdi para jovens pesquisadores durante o terceiro Congresso Internacional de Design da Informação em Curitiba.

kollontaidiniz@gmail.com